

MEDIDAS EXCECIONAIS DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO – TEMPESTADE KRISTIN

Foi publicado, no Portal do Governo, um comunicado do Conselho de Ministros, que reuniu no dia 30 de abril de 2026, onde aprovou um Decreto-Lei que prolonga por 12 meses as medidas excecionais de proteção de crédito de famílias, empresas, instituições sociais e demais entidades afetadas pela tempestade “Kristin” e pelos fenómenos meteorológicos do início do ano. O diploma prolonga o diferimento temporário do pagamento de capital, juros e outros encargos associados a empréstimos, bem como a proibição da revogação de linhas de crédito, visando preservar o emprego e o investimento.

<https://portugal.gov.pt/gc25/governo/comunicados-do-conselho-de-ministros/comunicado-do-conselho-de-ministros-de-30-de-abril-de-2026>

REVISÃO E FIXAÇÃO DAS TAXAS UNITÁRIAS DO ISP

Foi publicada, Diário da República n.º 84/2026, Suplemento, Série I de 2026-04-30, a Portaria n.º 204-B/2026/1, que procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP). Esta medida surge no seguimento dos ajustes à carga fiscal sobre os combustíveis permitidos pela Lei n.º 12-B/2026.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/204-b-2026-1103945098>

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO MODELO 22 DE IRC

Foi publicado, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Despacho n.º 68/2026-XXV-SEAF, de 12 de maio, que determina a prorrogação do prazo para a entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (Declaração modelo 22) relativa ao período de tributação de 2025, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais das sociedades.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho-SEAF-68-2026-XXV.pdf

EXCLUSÃO DE TRIBUTAÇÃO EM IRS PARA COMPENSAÇÕES A VÍTIMAS DE ABUSOS

Foi publicado, no portal do governo, o comunicado do conselho de Ministros, que aprovou, a 7 de maio de 2026, uma Proposta de Lei que determina a exclusão de tributação em sede de IRS das compensações financeiras atribuídas a vítimas de abusos sexuais, designadamente no contexto da Igreja Católica em Portugal. O diploma clarifica que estas verbas têm natureza reparadora de danos morais e não devem ser tratadas como rendimento tributável, estendendo-se este regime a abusos em outros contextos institucionais reconhecidos pelo Estado para assegurar um tratamento fiscal justo.

<https://portugal.gov.pt/gc25/governo/comunicados-do-conselho-de-ministros/comunicado-do-conselho-de-ministros-de-7-de-maio-de-2026>

APOIO EXTRAORDINÁRIO ÀS ENTIDADES DE PROTEÇÃO ANIMAL

Foi publicada, no Diário da República n.º 92/2026, Série I de 2026-05-13, a Lei n.º 20/2026, que cria um regime excecional e temporário de apoio financeiro extraordinário destinado às entidades de proteção animal afetadas por situações de catástrofe, calamidade ou fenómenos climáticos adversos, reforçando a rede de apoios face a situações de emergência.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/20-2026-1120914629>

ISENÇÕES PARA BIOCOMBUSTÍVEIS E GASES RENOVÁVEIS

Foi publicada, no Diário da República n.º 97/2026, Série I de 2026-05-20, a Portaria n.º 226/2026/1, que regulamenta o procedimento para o reconhecimento e concretização das isenções de impostos especiais de consumo (CIEC) aplicáveis aos biocombustíveis avançados e aos gases de origem renovável.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/226-2026-1124493236>



PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO MODELO 22 DE IRC

Foi publicado, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Despacho n.º 68/2026-XXV-SEAF, de 12 de maio, que determina a prorrogação do prazo para a entrega da declaração periódica de rendimentos de IRC (Declaração modelo 22) relativa ao período de tributação de 2025, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais das sociedades.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho-SEAF-68-2026-XXV.pdf

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE COMUNICAÇÃO DE FATURAS

Foi publicado, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, o Despacho n.º 55/2026-XXV-SEAF, de 28 de abril, que procede à prorrogação do prazo de comunicação das faturas referentes ao mês de abril, garantindo aos contribuintes um prazo alargado para o cumprimento desta obrigação junto da Autoridade Tributária.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEAF_55_2026_XXV.pdf



MEDIDAS DE DESAGRAVAMENTO FISCAL PARA O FOMENTO DA HABITAÇÃO

Foi publicado, no Diário da República n.º 97/2026, Série I de 2026-05-20, o Decreto-Lei n.º 97/2026, que, ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 9-A/2026, estabelece medidas de desagravamento fiscal destinadas a fomentar a oferta de habitação no mercado nacional.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/97-2026-1124493227>

INCONSTITUCIONALIDADE NA DEFINIÇÃO DE ATIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO

Foi publicado, no portal do Tribunal Constitucional, o Acórdão n.º 366/2026, que julga inconstitucional a norma do Código do IRS que remete para regulamento administrativo a definição das atividades de elevado valor acrescentado (científico, artístico ou técnico) para residentes não habituais. O Tribunal considerou que a definição destas atividades a título primário por via de portaria viola os princípios da legalidade fiscal previstos na Constituição.

<https://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20260366.html>

INCONSTITUCIONALIDADE NA AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA CONSTRUÇÃO

Foi publicado, no Diário da República n.º 89/2026, Série II de 2026-05-08, o Acórdão n.º 330/2026, onde o Tribunal Constitucional julgou inconstitucional a interpretação da lei fiscal que não abrangia situações em que o valor de realização de um imóvel era aplicado na amortização de um empréstimo contraído para a construção do próprio imóvel alienado. Esta decisão visa garantir que estes contribuintes usufruam da isenção de mais-valias em IRS, promovendo a equidade no acesso aos benefícios fiscais.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/acordao-extrato/330-2026-1114075446>

PROPOSTA DE LEI DE REFORMA DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Foi publicado, no Portal do Governo, um comunicado do Conselho de Ministros que aprovou, a 14 de maio de 2026, uma proposta de lei que visa a reforma da legislação laboral. O diploma pretende flexibilizar as relações de trabalho para aumentar a competitividade e a produtividade, promovendo simultaneamente a melhoria dos salários e o reforço dos direitos dos trabalhadores. A reforma foca-se ainda na dinamização da negociação coletiva e na conciliação do direito à greve com outros direitos fundamentais.

<https://portugal.gov.pt/gc25/governo/comunicados-do-conselho-de-ministros/comunicado-do-conselho-de-ministros-de-14-maio-2026>

RECOMENDAÇÕES PARA RESPOSTA À INFLAÇÃO E PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Foi publicada, no Diário da República n.º 101/2026, Série I de 2026-05-26, a Resolução da Assembleia da República n.º 132/2026, que recomenda ao Governo a adoção de novas medidas para mitigar os efeitos da inflação e responder ao contínuo aumento dos preços dos combustíveis no mercado nacional.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/132-2026-1126594008>

ENQUADRAMENTO DO IVA NAS TEST BEDS DO PRR

Foi publicada, no Diário da República n.º 97/2026, Série I de 2026-05-20, a Resolução da Assembleia da República n.º 117/2026, recomendando ao Governo a clarificação do enquadramento do IVA nas operações realizadas no âmbito das Test Beds previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/117-2026-1124493220>

NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2026

Foi publicado, no Diário da República n.º 101/2026, Série I de 2026-05-26, o Decreto-Lei n.º 105/2026, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para o ano de 2026, definindo os procedimentos de gestão orçamental e financeira a observar pelos serviços e organismos públicos.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/105-2026-1126594009>

CADASTRO DOS GRANDES CONTRIBUINTES PARA 2026

Foi publicado, no Diário da República n.º 100/2026, Série II de 2026-05-25, o Despacho n.º 6605/2026, que procede à atualização e publicação do cadastro dos grandes contribuintes para o ano de 2026, definindo o universo de entidades sob acompanhamento especializado da Unidade dos Grandes Contribuintes.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/6605-2026-1125591118>

PROLONGAMENTO DA PROTEÇÃO DE CRÉDITO – TEMPESTADE KRISTIN

Foi publicada, no Diário da República n.º 98/2026, Série I de 2026-05-21, foi publicado o Decreto-Lei n.º 98/2026, que na sequência dos danos causados pela tempestade “Kristin”, prolonga o diferimento temporário do pagamento de capital e juros em contratos de crédito, mantendo a proibição da revogação de linhas de crédito existentes para as entidades afetadas.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/98-2026-1124570658>



INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

Ofício-circulado n.º 16093/2026

04/05/2026

Regulamento REPowerEU - Eliminação gradual das importações de gás natural russo - condicionalismos à importação

Ofício-circulado n.º 16095/2026

07/05/2026

Acordo comercial provisório UE/ Mercosul

Ofício-circulado n.º 16094/2026

08/05/2026

STADA Importação - CAU - Declarações Aduaneiras de Importação e Notificações – Atualização do Manual – STADAIMPCAU - DAIN

Ofício-circulado n.º 25111/2026

12/05/2026

Restituições de IVA - Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho

Ofício-circulado n.º 40130/2026

19/05/2026

IUC - Comprovação do grau de incapacidade fiscalmente relevante - Revisão do entendimento.

Ofício-circulado n.º 25114/2026

26/05/2026

Pequenos produtores de bebidas alcoólicas - procedimentos relativos à introdução no consumo de produtos provenientes de outro estado-membro

Ofício-circulado n.º 16 098/2026

26/05/2026

Taxas médias de câmbio, para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar de 1 a 30 de junho de 2026.



INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
	CIMT	9º	15/05/2026	A titularidade de um direito à quota parte numa herança indivisa cuja massa de bens compreende bens imóveis não configura uma causa de exclusão da isenção prevista no n.º 3 do artigo 9.º do CIMT.
27 853	CIRC	4º	18/05/2026	Retenção na fonte-Compra de madeiras e diversos serviços associados,designadamente o serviço de transporte de mercadorias,operações de descarga,movimentação das madeiras,carga dos contentores,sua movimentação no porto de embarque.
27 939	CIRC	051º-C	15/05/2026	Transmissão de uma parte da participação social - Aplicação do regime de participation exemption
27 845	CIRC	73º	15/05/2026	Operação de Entrada de Ativos - regime de neutralidade fiscal
30 113	CIRC	10º	11/05/2026	Retenção na fonte de IRC sobre rendimentos prediais obtidos por IPSS - artigo 10.º CIRC
26 901	CDT entre Portugal e Espanha	5º	08/05/2026	Abrangência pelo regime de transparência fiscal de sociedade unipessoal, com sede em território português, em que a atividade principal prosseguida é a de arquitetura executada em território espanhol e a clientes com sede ou residência em Espanha
30 252	CDT entre Portugal e EUA	7º	14/05/2026	Prestação de serviços digitais / SaaS
30 348	CDT entre Portugal e Luxemburgo	13º	08/05/2026	CDT Luxemburgo - Mais-valias
28 853	EBF	041º-A	18/05/2026	Remuneração convencional do capital social - Transmissibilidade de benefícios fiscais no âmbito de uma operação de entrada de ativos
22 831	EBF	66º	18/05/2026	Mecenato - Obrigações cumpridas através de guias de transporte
28 159	EBF	21º	08/05/2026	Plano Poupança Reforma (PPR) - Resgate por motivo de doença grave do participante
28 574	EBF	043º-C	05/05/2026	Incentivo fiscal previsto no artigo 43º-C do EBF - Qualificação como PME
29 089	Lei n.º 24-D/2022 de 30/12	231º	18/05/2026	Regime extraordinário de apoio a encargos com eletricidade e gás - aplicação do benefício no caso de SP com período de tributação não coincidente com o ano civil.
29 506	CIRS	10º	07/05/2026	Sujeição a tributação dos ganhos decorrentes da alienação de imóvel destinado a HPP por não cumprimento do prazo de reinvestimento, constante da alínea b) do n.º 5 d artigo 10.º do Código do IRS
28 678	CIRS	8º	05/05/2026	Compensação recebida em acordo de divórcio para privação do uso e fruição de imóvel
28 122	CIRS	10º	05/05/2026	Enquadramento de operações com criptoativos - compra, detenção e staking
27 724	CIRS	10º	05/05/2026	Enquadramento de Operação de Permuta de Partes Sociais no Regime da Neutralidade Fiscal - razão económica válida
29 503	CIRS	22º	05/05/2026	Rendimentos prediais - Herança Indivisa
23 805	CIRS	31º	05/05/2026	Atividade de construção civil - regime simplificado de tributação - coeficiente para determinação do rendimento a tributar
29 659	CIRS	16º	18/05/2026	Portaria 230/2019-atividaade de elevado valor acrescentado - RNH
30 465	CIRS	10º	12/05/2026	Cumprimento do prazo da alínea e) do n.º 5 do artigo 10º do Código do IRS - imóvel usado na atividade de advogado e simultaneamente como HPP.
29 754	CIRS	012º-B	12/05/2026	IRS Jovem - redação dada pelo OE 2025
29 724	CIRS	10º	11/05/2026	Reinvestimento na aquisição e obras de melhoramento/ampliação



INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
30 493	CIRS	10º	11/05/2026	Venda de quinhão hereditário
26 080	CIRS	16º	11/05/2026	RNH - Regime transitório
29 178	CIRS	10º	08/05/2026	Reinvestimento - prorrogação do prazo
30 430	CIRS	10º	08/05/2026	Data de aquisição de imóvel adquirido por sucessão
30 402	CIRS	10º	08/05/2026	Data de aquisição de imóvel adquirido por sucessão
29 639	CIRS	87º	08/05/2026	Deficiência fiscalmente relevante
28 382	CIRS	10º	29/05/2026	Reinvestimento - Factos excecionais
30 128	CIRS	10º	27/05/2026	Reinvestimento em imóvel (HPP) situado em Espanha.
30 151	CIRS	083º-A	27/05/2026	Dedutibilidade da pensão de alimentos fixada no acordo de regulação das responsabilidades parentais, após a maioridade do filho
23 486	CIRS	10º	25/05/2026	Reinvestimento na Construção - Despesas com Projetos de Engenharia - Arquitetura
29 877	CIRS	12º	25/05/2026	Indemnização por acidente de trabalho atribuída pela Caixa Geral de Aposentações, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.
25 152	CIRS	16º	25/05/2026	Residência de funcionário permanente da União Europeia a exercer funções em Portugal - alienação de imóvel na Bélgica
27 009	CIRS	38º	22/05/2026	Regime da neutralidade fiscal (artigo 38º Código do IRS) - Transmissão da totalidade do património afeto ao exercício de atividade empresarial por pessoa singular para realização do capital de sociedade - entrada de sócio com posição maioritária
30 243	CIRS	10º	21/05/2026	Alienação onerosa de imóvel destinado a HPP e reinvestimento em HPP
29 146	CIRS	55º	20/05/2026	Alienação de ações de banco
29 968	CIRS	10º	19/05/2026	Reinvestimento. Aquisição de novo prédio anterior à alienação. Amortização de empréstimo concedido para o reinvestimento com o produto da venda da HPP. Despesas com o prédio alienado. Obras de valorização no prédio objeto de reinvestimento.
29 830	CIVA	3º	11/05/2026	Cisão simples - transmissão de universalidade
29 349	CIVA	9º	20/05/2026	Sujeito passivo de país terceiro-Regras localização das prestações de serviços-Isenções de prestações de serviços, efetuadas por organismos sem finalidade lucrativa, relativas a eventos de natureza científica
29 902	CIVA	9º	15/05/2026	Protocolo de colaboração
30 045	CIVA	14º	11/05/2026	Aplicação da isenção prevista no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 198/90 de 19 de junho - Elementos da fatura do fornecedor
29 896	CIVA	2º	11/05/2026	Regime de grupos de IVA
29 866	CIVA	18º	11/05/2026	Alteração e ampliação de edificação unifamiliar - Enquadramento da operação
29 853	CIVA	9º	11/05/2026	Refaturação de seguro - atividade de aluguer de veículos automóveis sem condutor (rent-a-car)



INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
29 793	CIVA	21º	26/05/2026	Direito à dedução e exclusões de direito à dedução - despesas com veículos
29 826	CIVA	12º	20/05/2026	Contrato promessa de locação-Renúncia à isenção.
29 513	CIVA	23º	20/05/2026	Cálculo do pro rata - matéria coletável dos fluxos monetários do instrumento financeiro derivado de cobertura e das operações cobertas
29 498	CIVA	21º	20/05/2026	Dedução de IVA em gasolina utilizada em buggies para passeios turísticos
29 233	CIVA	16º	20/05/2026	Enquadramento, em sede de IVA, do pagamento efetuado por Município a Empresa Municipal, ao abrigo de contrato de mandado celebrado entre ambos, de quantia no pagamento da qual esta foi condenada por sentença arbitral.
29 812	Lista I	Verba 2.23	11/05/2026	Verba 2.23 da Lista I anexa ao CIVA
29 667	Lista I	Verba 2.25	11/05/2026	Verba 2.25 da Lista I anexa ao CIVA
29 939	Lista I	Verba 2.5	15/05/2026	Verbas 2.5 e 2.9 da Lista I anexa ao CIVA - Dispositivos médicos - Taxa aplicável às incubadoras neonatais e ventiladores de alta performance e equipamentos de diagnóstico e monitorização de função pulmonar e cardíaca
29 895	Lista I	Verba 1.8	11/05/2026	Taxa de IVA - ""Mel(...), (laranja e canela)" e "Mel(...)" (Limão e Gengibre)" - Verba 1.8 da Lista I anexa ao CIVA
29 881	Lista I	Verba 2.23	11/05/2026	axas - Reabilitação de edifício em área de reabilitação urbana - Verba 2.23, da lista I anexa ao Código do IVA.
29 861	Lista I	Verba 2.10	20/05/2026	Verba 2.10 da Lista I anexa ao Código do IVA - equipamentos para operações de socorro e salvamento
29 411	Lista I	Verba 2.6	20/05/2026	Óculos com lentes com graduação/ou não que utilizam tecnologia integrada de assistência auditiva
29 220	Lista II	Verba 1.8	20/05/2026	Entrega de refeições prontas a consumir /"Taxa" pela entrega



ACÓRDÃOS TJUE

Processo C 544/24

«Nekilnojamajo turto valdymas»

30/04/2026

«Reenvio prejudicial — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Diretiva 2006/112/CE — Artigo 273.º — Artigo 49.º, n.º 3, da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Obrigações consideradas necessárias para garantir a cobrança exata do IVA e para evitar a fraude — Legislação nacional que prevê um regime de juros de mora por dívidas fiscais em matéria de IVA — Cobrança de juros de mora — Princípio da proporcionalidade».

Processos C-52/25 e C-53/25

[Binanrier] e [Beaudeluc]

30/04/2026

« Reenvio prejudicial — Auxílios de Estado — Isenção por categoria de certos auxílios no setor agrícola e florestal — Regulamento (UE) n.º 702/2014 — Auxílios destinados a compensar os danos causados por acontecimentos climáticos adversos suscetíveis de ser equiparados a calamidades naturais — Redução do montante do auxílio em caso de não subscrição de um seguro que cubra, pelo menos, 50 % da produção anual média ou do rendimento anual médio resultante da produção e os riscos climáticos mais frequentes no Estado Membro ou na região em causa — Artigo 25.º, n.º 9 — Impossibilidade de o beneficiário do auxílio subscrever o seguro exigido »

Processo C 322/25

SWEDISH MATCH – FÓSFOROS PORTUGAL, S. A.

13/05/2026

«Reenvio prejudicial — Regime geral dos produtos sujeitos a impostos especiais de consumo — Diretiva 92/12/CEE — Marcas fiscais — Artigo 21.º — Regulamentação nacional que limita a justificação automática da inutilização de 2 % das estampilhas fiscais utilizadas anualmente no decorrer do processo produtivo à que ocorreu no território nacional — Proporcionalidade »

Processo C 545/24

“Utiledulci”

21/05/2026

« Reenvio prejudicial — Auxílios de Estado — Regime de auxílios incompatível com o mercado interno — Regras de execução do artigo 108.º TFUE — Regulamento (UE) 2015/1589 — Recuperação do auxílio — Obrigação de recuperação — Artigo 16.º, n.º 3 — Execução imediata e efetiva — Autonomia processual reconhecida aos Estados Membros — Suspensão do processo de execução fiscal nacional — Condição relativa à prestação de uma garantia idónea — Compatibilidade »

Processo C 889/24

«DELVE 2» SAI

21/05/2026

« Reenvio prejudicial — União Aduaneira — Regulamento de Execução (UE) 2022/191 — Instituição de um direito antidumping definitivo sobre as importações de determinados parafusos de ferro ou aço originários da República Popular da China — Artigo 1.º, n.º 3 — Declaração aduaneira — Pedido de alteração — Apresentação pelo importador, após a entrega da declaração aduaneira, de uma fatura comercial conforme com os requisitos desta disposição »

